

-KEYNES, MARX E POLANYI: TRÊS CONTRIBUIÇÕES PARA SE ENXERGAR O PONTO CEGO DA MENTALIDADE DO MERCADO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

José Rubens Damas Garlipp

Capturar os contornos da economia deste final de século não é uma tarefa trivial. A dificuldade advém, de um lado, da velocidade e profundidade das transformações: procurando compreendê-las, muitos trabalhos, ainda que esclarecedores, se limitam a descrevê-las. De outro lado, a dificuldade se estabelece a partir do conteúdo ideológico impregnado aos conceitos. Um esforço para superar essas limitações, e que apanhe o substrato da economia deste final de século, passa pela identificação das formas como o desaparecimento das regras e das fronteiras deixa o capital entregue às suas próprias leis de movimento. Dizer isso é dizer que o quadro da "economia desregrada" (GARLIPP, 1996) deste final de século é emoldurado pelos desdobramentos de duas 'revoluções', a da tecnologia da informação e a dos mercados financeiros, cuja interação dinâmica responde pelos contornos da "mundialização" (CHESNAIS, 1995) - enquanto fase avançada do processo histórico de internacionalização. A nova realidade que emerge vem acompanhada de importantes impactos econômicos, sociais e políticos, os quais permitem desenhar um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo.

O desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias da informação, para além de suporte do capital, hoje concorre enquanto efetiva força produtiva, e o conhecimento e o saber tornam-se mercadorias (CASTELLS, 1993). O acesso privilegiado à informação, seu monitoramento e controle fundam a coordenação centralizada de interesses descentralizados, e a capacidade de resposta *em tempo real* a variações e mudanças - reais e ou expectacionais - adquire importância crucial. Se é verdade que o acesso ao conhecimento sempre foi importante em termos competitivos, a sua efetiva renovação permite não só atender as necessidades de uma produção flexível, mas também obter vantagens nos mercados monetários e financeiros. Destarte, a força capitalista reside, crescentemente, no monopólio da informação e dos conhecimentos.

Na medida em que produção, gestão e comércio superam as formas e métodos que presidiram o padrão fordista - "caracterizado pela rigidez" (HARVEY, 1993) -, torna-se clara a ênfase atual da flexibilização e da descentralização. O capital tende a se reorganizar em redes interempresariais, e as novas formas de gestão e controle, apelando à modalidades mais complexas, favorecem a centralização do capital e a descentralização das operações dos grandes grupos na exploração de oportunidades oferecidas pelas tecnologias info-intensivas. A fragmentação e dispersão das esferas de produção tem a ver, assim, com as novas exigências do capital: que "a fluência mercantil não seja mais entravada e possa difundir-se livremente em todas as malhas do tecido social", ao tempo em que, "graças a esta difusão, o objetivo de rentabilização do capital assuma a forma de uma ética individual, mesmo para aqueles que não pertencem à classe capitalista" - os microempresários "terceirizados" e "autonomizados", que formam, junto com os trabalhadores sem qualificação, uma "população de precarizados" (ALLIEZ & FEHER, 1988). Além da tendência à precarização do emprego - e dado que a nova forma de operação do capitalismo não mais inclui a sociedade no mercado de trabalho e consumo, mas a exclui -, o desemprego adquire novo caráter: "o capitalismo não parece capaz de oferecer quantidade adequada de empregos, apontando para desemprego estrutural e excludente" (HOBSBAWM, 1995).

Capital, produção, mercados, trabalho, informação e tecnologia estão organizados transversalmente às fronteiras nacionais. O Estado-nação está deixando de ser o ponto focal para o exercício do poder e de tomada de decisões. Ainda que os Estados nacionais continuem reconhecidos como realidades fundamentais no tocante a estruturas e processos econômicos, o fato significativo é que as estratégias econômicas dos grandes grupos já não dependem da economia nacional. Trata-se de uma economia

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e Presidente da ANGE

própria aos *global players*, cujas estratégias de investimento, gestão dos meios de produção, concepção e comercialização dos produtos são definidas a partir da formação de redes informatizadas à escala mundial. A transnacionalização da economia parece tornar desnecessária a figura do Estado. A perda da capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente, o desaparecimento de uma certa especificidade dos mercados nacionais, a restrição à ação econômica do Estado e à capacidade de manejar políticas econômicas são a afirmação do desiderato neoliberal de dispensa e rejeição do Estado nacional, ainda que o mesmo continue requerido para acordar as novas formas de convivência e o ordenamento societário interno às fronteiras, bem como o poder disciplinador do trabalho e da interveniência nos fluxos de mercados financeiros.

A tendência atual à mundialização vem acompanhada de um movimento de polarização, que põe fim a uma tendência secular que caminhou no sentido da integração e da convergência (CHESNAIS, 1995). Uma polarização que se expressa internamente a cada país, na medida em que os seus efeitos são indissociáveis dos que resultam do fosso aberto entre as rendas mais elevadas e as rendas mais baixas, em razão da grande elevação dos rendimentos do capital-dinheiro. Uma polarização que é também internacional, por abrir um fosso brutal entre países situados no coração do núcleo orgânico capitalista e os países periféricos (ARRIGHI, 1995). Afora um pequeno número de economias associadas aos três maiores polos da Triade, que durante os anos 80 se adaptaram aos novos ritmos da produtividade do trabalho e da competitividade, observa-se uma tendência bastante clara à marginalização dos países em desenvolvimento, marcada por um recuo muito forte dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia. Esses países se vêm envolvidos, a um só tempo, por uma conjuntura mundial e pelas transformações tecnológicas sobrevindas do núcleo orgânico capitalista, no sentido da substituição de recursos tradicionais pelos produtos intermediários industriais resultantes das indústrias intensivas em pesquisa e desenvolvimento.

A reorganização do sistema financeiro internacional, por seu turno, levou à instauração de “um megamercado único do dinheiro” (PLIHON, 1996) e à emergência de poderes ampliados de coordenação financeira, viabilizados pela desregulação, desintermediação e descompartimentalização dos mercados. Isto favoreceu a formação de conglomerados financeiros, com a multiplicação dos intermediários não-bancários e dos inversores institucionais, ao tempo em que proliferaram atividades e fluxos financeiros através de novos instrumentos que transformaram economias de crédito em economias de títulos (AGLIETTA, 1995). Em boa medida, as transformações no sistema financeiro internacional respondem, com seus impactos desestabilizadores, pela instabilidade da ordem monetária internacional, hoje operada à margem de bancos centrais submetidos à “capacidade da nova finança - e sua lógica patrimonialista - de impor vetos às políticas macroeconômicas” (BELLUZZO, 1995). Como sublinha PASSET (1995), “as grandes opções políticas que devem ser objeto de debates nacionais estão submetidas aos imperativos da esfera financeira. Confiscada por um pequeno número de atores, a marcha da economia se dobra às concepções de círculos de interesse que escapam à todo e qualquer controle”. Assim é que a financeirização da riqueza - exponenciada pelas inovações dos instrumentos financeiros e desregulação dos mercados que caracterizam as políticas econômicas ocidentais das duas últimas décadas (GLYN, 1995) -, ao tempo em que preside a lógica de valorização do capital, não faz mais que tornar claro o objetivo precipuo do capitalismo: a expansão da riqueza abstrata.

Esta característica central e distintiva do capitalismo é, sob perspectivas teóricas distintas, sublinhada por Keynes, Marx e Polanyi, autores que analisam os fundamentos da riqueza capitalista. O recurso às suas contribuições, neste texto, tem o propósito de elencar, antes que sistematizar, os elementos teóricos que consideramos basilares para se situar a temática das transformações recentes no interior de uma lógica imanente à forma mais desenvolvida - capitalista - de uma sociedade mercantil.

KEYNES E A ECONOMIA MONETÁRIA

O conceito de economia monetária, em Keynes, denota uma particular concepção do modo de operação e funcionamento de um sistema econômico capitalista moderno, ao tempo em que favorece a compreensão do novo marco conceitual alternativo à economia clássica¹. Um importante traço distintivo de uma economia monetária está não apenas na presença do dinheiro, mas no seu caráter ativo. Destacar esse caráter não neutro do dinheiro, tanto no curto como no longo prazo, adquire duplo significado: contrariar uma das falácias da teoria econômica clássica, qual seja, a circulação financeira é mero reflexo da circulação subjacente de bens; e, mais importante, 'revolucionar' a forma dominante do pensamento econômico.

O primeiro dos significados tem a ver com o fato de que, para KEYNES (CW XIII:408), a teoria clássica é "uma teoria na qual o dinheiro é considerado como um mero elo entre tecido e trigo", ou seja, "um meio conveniente de se efetuar trocas sem afetar a natureza essencial da transação"; ao passo que, em um mundo de fenômenos monetários, é impossível se remover o 'véu monetário': "o dinheiro não é neutro" (CW XIII:411). Dizer isso é dizer que "O mundo fenomenal (...) é também aquele das crenças e convenções consideradas (em termos do dinheiro) pelos agentes econômicos", os quais "se relacionam através do dinheiro, mais que através de coisas reais. Dinheiro, mais que coisas, é a linguagem padrão". (CARABELLI, 1989:168)

O segundo e 'revolucionário' significado do destaque dado por Keynes ao papel ativo que o dinheiro desempenha no mundo real, está referido à sua preocupação com a capacidade de as crises serem explicadas como fenômenos endógenos à operação de uma economia na qual a produção é monetária e mercantil, o tempo é histórico e irreversível e não há mecanismo de coordenação geral - ao contrário do apregoado pelos clássicos.

A não neutralidade do dinheiro se expressa na sua atuação sobre os preços relativos, via taxa de juros, e denota seu caráter ativo também junto às decisões de produção e de investimento - portanto, de curto e longo prazos. Assim, o dinheiro não pode ser visto como mero numerário, porque não mantém uma correspondência unívoca com os bens, e porque as decisões são tomadas de forma descentralizada. Demais, tomadas hoje, as decisões não apenas têm impacto sobre o futuro, mas dependem do que se espera do futuro desconhecido e incerto. Sob tais circunstâncias, o dinheiro é, sobretudo, garantia de reserva de poder aquisitivo, é ele mesmo reserva de valor. Há, então, uma característica da circulação financeira não apanhada pela teoria clássica: a circulação financeira tem vida própria, o que coloca a possibilidade de se manter poder de compra sob forma líquida, não mobilizando a produção e o trabalho e deixando de se dirigir ao mercado de bens. Nesse sentido, vale a observação de DILLARD (1984:423) de que "O dinheiro afeta a produção diretamente porque, se os homens de negócio não podem converter a produção corrente em dinheiro, o objetivo da produção será detido e os assalariados sofrerão o desemprego".

Mas é possível ir além dessa observação, acrescentando que a inexorabilidade do caráter incerto que preside as decisões e expectativas quanto ao futuro, juntamente com o papel ativo do dinheiro - o que Dillard concebe -, levam-nos a reconhecer a imbricação entre o financeiro e o produtivo também na conotação monetária do investimento, pois que este encontra-se unificado com a preferência pela liquidez, estando ambos expectacionalmente situados na lógica da valorização (POSSAS, 1986:303). Como apontado por vários autores - CARABELLI (1989:210); FITZGIBBONS (1988: parte II) e BRAGA (1985: parte I, cap.4)-, o conceito de eficiência marginal do capital de Keynes, caracterizado pela sua conexão com as expectativas dos investidores e enquanto uma magnitude expectacional, juntamente com a ênfase que ele coloca nas crenças dos empresários - mais que sobre as coisas físicas com as quais estão referidos, deriva da atribuição ao caráter tipicamente especulativo do processo de formação de decisões de investir.

Para Keynes existem, além dos ativos 'reais', formas alternativas e distintas pelas quais o estoque de riqueza é retido no tempo: os ativos financeiros e os ativos monetários. Com efeito, o dinheiro se distingue de mero numerário exatamente pela

¹ economia clássica na acepção utilizada por KEYNES (GT - CW VII:3).

presença inconveniente da incerteza, contra a qual pode protelar as necessidades e os requerimentos de se tomar decisões de maior envergadura e comprometimento da riqueza na sua busca incessante pela valorização. Por conta disso, rejeita a visão clássica, porque a mesma não comporta nem requer ativos líquidos, uma vez que não cabe a neutralidade do dinheiro no longo prazo, tido como *locus* sintético das forças sistêmicas que se sobrepõem às influências erráticas próprias do curto prazo (BRAGA, 1985; CARVALHO, 1987a e 1989b).

Ao propugnar que a ação do dinheiro se circunscreve ao curto prazo, sem afetar a essência da transação e sem modificar os motivos e decisões², a economia clássica torna explícita uma das suas maiores fragilidades, senão a maior: sua teoria da acumulação de riqueza. Não é por menos que KEYNES (CW XIV:113) afirma: "... o fato de nosso conhecimento sobre o futuro ser flutuante, vago e incerto, torna a riqueza uma questão peculiarmente inadequada aos métodos da teoria econômica clássica".³

Por ser o dinheiro meio de troca, o comportamento dos agentes frente a ele é de fundamental importância, pois que a visão que têm quanto ao futuro leva a determinados comportamentos ou inconcebíveis ou inexplicáveis pela teoria clássica. Em decorrência da incerteza sobre o futuro, maior segurança pode ser demandada, o que se traduz em adquirir maior poder de comando possível sobre a riqueza, o que pode ocorrer em sua forma mais geral e abstrata: o dinheiro, poder de compra transportável no tempo, reserva de valor. Como escreve KEYNES (CW VII:293), "*A importância do dinheiro decorre essencialmente do fato dele constituir um elo entre o presente e o futuro*", ou ainda, "O dinheiro, em seus atributos mais significativos, é acima de tudo um processo sutil de ligar o presente ao futuro; e não podemos iniciar os estudos dos efeitos das expectativas mutáveis sobre as atividades correntes exceto em termos monetários" (id.:294). Então, enquanto *refúgio do tempo*, o dinheiro no exercício de sua função de reserva de valor é o ativo líquido por excelência, de sorte que, frente a um colapso do estado de confiança e da frustração do juízo convencional, a sua posse salvaguarda os agentes das desconfiâncias em relação as possibilidades da atividade econômica ao longo do tempo. KEYNES (CW XIV:116) escreve: "... nosso desejo de manter o dinheiro como reserva de valor constitui um barômetro do grau de nossa desconfiância de nossos cálculos e convenções quanto ao futuro... A posse efetiva do dinheiro mitiga nossa inquietação".

Uma economia em que o dinheiro é mero signo transparente das transações, e neutro de significado porque não altera as condições de produção e distribuição, é uma economia que não condiz com as características da sociedade econômica em que efetivamente vivemos, observa KEYNES (GT-CW VII: cap.I). O descolamento da teoria clássica em relação à realidade da economia capitalista já havia sido apontado em seu esboço da *Teoria Geral*, quando KEYNES (CW XXIX:78) define a economia clássica como sendo aquela "na qual os fatores são contratados por dinheiro, mas há um mecanismo qualquer que assegura que o valor das rendas monetárias dos fatores é sempre igual, no agregado, à proporção do produto corrente que corresponde à participação do fator em uma economia cooperativa", isto é, que iguale despesas e custos agregados sempre ao nível de pleno emprego. Em uma economia monetária, em contraste, "... os empresários contratam os fatores por dinheiro, mas não há qualquer tipo de mecanismo como esse".

A economia clássica supõe que os resultados das decisões econômicas são passíveis de previsão através de cálculos probabilísticos. Concebendo a previsibilidade do futuro, pois que determinado pelo passado e pelas circunstâncias do presente, a economia clássica apregoa que os decisores assumem passivamente, e aplicam mecanicamente, o cálculo de riscos/benefícios aos dados e informações disponíveis. Nas palavras de KEYNES (CW XXIX:82), "A teoria clássica supõe que a disposição do

² "Um a economia que usa dinheiro, mas meramente como um elo neutro de transações entre coisas reais e ativos reais e que não afeta motivos ou decisões, pode ser chamada - na falta de melhor nome - uma *economia de troca real*." (CW XIII:408). As denominações similares de economia neutra, cooperativa, de troca e de salário real são utilizadas por Keynes em CW XIII: 408-11, 420; CW XXIX:63-70, 76-101 e GT - CW VII: 222, 239.

³ como bem assinala SHACKLE (1983-84:244), "The classical theory at first assumes that economics phenomena can be into the 'real' (those which would prevail if money had no existence except as a numeraire for expressing relative prices) and the monetary, those which engender and explain changes in the general level of prices".

empresário para iniciar a produção depende do volume de *produto* que ele espera receber; isto é, que apenas uma expectativa de maior produção irá induzi-lo a oferecer mais emprego. Mas numa economia empresarial, esta é uma análise equivocada acerca da natureza do cálculo dos negócios. Um empresário está interessado não no volume do produto, mas no volume de *dinheiro* que ele espera receber. Ele irá aumentar sua produção apenas se espera aumentar seu lucro monetário, mesmo que esse lucro represente um volume de produto menor do que antes”.

A teoria apresentada por Keynes, em contraponto à da visão clássica, é aquela que contempla uma economia (monetária) “na qual o dinheiro joga papel próprio e afeta motivos e decisões e é, em resumo, um dos fatores operativos da situação, de modo que o curso dos eventos não pode ser predito nem previsto, seja no longo ou no curto prazo, sem um conhecimento do comportamento do dinheiro entre o primeiro e o último estado” (CW XIII:408-9).⁴

Diante disso importa reter, ainda que sucintamente, as principais características distintivas de uma economia monetária e empresarial⁵: **(a) o objetivo dos agentes;** **(b) o caráter das suas decisões;** **(c) a suscetibilidade à flutuações;** **(d) a importância do tempo e da incerteza e (e) as propriedades do dinheiro.**

(a) Em uma economia monetária e empresarial, o valor dos bens é realizado pela troca por um equivalente geral da riqueza: o dinheiro. Aumentar o poder de comando sobre a riqueza social é o que suporta a produção dessa economia; é, simultaneamente, motivo e objetivo esperado das operações empresariais. Em uma rara referência a Marx (mas não secundária⁶), KEYNES (CW XXIX:81) aceita a sua “arguta observação” de que “a natureza da produção no mundo atual não é M-D-M, isto é, uma troca de uma mercadoria (ou esforço) por dinheiro com o fito de obter outra mercadoria (ou esforço). Este pode ser o ponto de vista do consumidor privado. Mas não é a atitude do *empreendedor*, um caso de ‘D-M-D’, isto é, começa-se com dinheiro, troca-se por mercadoria (ou esforço) com o objetivo de obter mais dinheiro”.

Assim, é preciso notar que “acumular dinheiro é o objetivo ‘real’ das firmas que operam em uma economia monetária” (CARVALHO, 1989b:183), pois que “...A firma lida todo o tempo com somas de dinheiro. Ela não tem qualquer objetivo no mundo exceto terminar com mais dinheiro do que começou. Esta é a característica essencial de uma economia empresarial” (KEYNES, CW XXIX:89).

(b) As decisões dos empresários são um fator crucial na geração de renda e emprego, uma vez que eles que controlam os instrumentos e ou os fundos financeiros necessários à produção. A construção de sua ‘curva de oferta’ se dá em conformidade, principalmente, aos rendimentos esperados, que são contrastados com os custos variáveis que a produção encerra no período. Os cálculos são feitos em termos monetários e, como sinalizou Keynes, os empresários decidem colocar, ou não, a produção em movimento conforme a opção que fazem a respeito da forma de comandar a riqueza no futuro.

Importa notar que a posse da riqueza sob a forma monetária é o que determina o comando sobre os recursos, daí derivando o caráter crucial das decisões dos empresários sobre o emprego e a produção, bem como o caráter subordinado das decisões dos trabalhadores. KEYNES (CW XXIX:63-4) escreve: “Concebemos a

⁴ Keynes desenvolve o conceito de economia monetária entre a publicação do *Tratado sobre o dinheiro* e a *Teoria Geral*, cunhando vários nomes similares como economia empresarial, economia monetária da produção, economia de salário monetário e, na *Teoria Geral* e artigos subsequentes, economia monetária. Ver KEYNES (CW XIII, XIV e XXIX).

⁵ uma apresentação interessante das características de uma economia monetária está em CARVALHO (1987a). Sua variante, em forma esquemática, é feita em CARVALHO (1989b), onde trata as características como cinco axiomas: da produção; da decisão; da inexistência de mecanismos de pré-conciliação; da irreversibilidade do tempo e da incerteza; e das propriedades da moeda. Em CARVALHO (1992 - cap.3) as mesmas características são tratadas como postulados ou princípios, ao tempo em que são desdobrados em seis, por conta da apresentação em separado dos princípios da temporalidade e da incerteza.

⁶ a questão da intimidade teórica entre Keynes (*Teoria Geral*) e Marx certamente não é uma questão trivial. Para ficar somente no campo daqueles que a admitem, veja-se a diferença de tratamento entre DILLARD (1984), que procura ver estabelecida uma relação direta, e FITZGIBBONS (1988), que a entende antes como resultado de uma “abordagem dualista” de Keynes.

organização econômica da sociedade consistindo, de um lado, em um número de firmas ou empreendedores que possuem equipamento de capital e comando sobre os recursos sob a forma de dinheiro, e de outro, em um número de trabalhadores buscando ser empregado. Se a firma decide empregar trabalhadores para usar o equipamento de capital e gerar um produto, ela deve ter suficiente comando sobre o dinheiro para pagar os salários e as matérias-primas que adquirir de outras firmas, durante o período de produção até o momento em que o produto seja convenientemente vendido por dinheiro. Uma firma irá oferecer emprego se ela espera que as vendas ao final do período excedam os custos variáveis nos quais incorre durante o período, calculando ambos os itens em somas de dinheiro”.

A par do objetivo e do caráter das decisões (**determinantes** as dos empresários e **passivas** as dos consumidores), pode-se dizer, com CARVALHO (1989b:183) que “...é a dinâmica da economia como um todo que se subordina ao objetivo de multiplicação de riqueza monetária”.

(c) As decisões sobre o futuro, comandadas pelos empresários sob condições de concorrência e de existência do dinheiro como capital, ocorrem sem o pleno conhecimento a respeito das ações dos concorrentes e mesmo sobre os rendimentos a serem obtidos, com flutuações de demanda e de preços. Assim é que as decisões sobre investimentos produtivos, posse de liquidez do dinheiro e outros ativos financeiros, sobre inovações técnicas, sobre o nível de produção corrente, sobre retenção de estoques, etc., ocorrem em um ambiente de incerteza. Posto isso, vale frisar, uma economia monetária, preñe de decisões descentralizadas e competitivas, em que o objetivo não é a produção para consumo mas sim a valorização da riqueza, é uma economia caracterizada pelas contínuas flutuações em suas variáveis relevantes - lucros, renda global, salários, investimentos, emprego e nível de preços. As flutuações ocorrem “porque o fluxo contínuo dos investimentos produtivos, adequado à expansão continuada da renda, depende de uma sincronização intersetorial (ou inter-unidades de capital decisórias) que a concorrência e a incerteza tornam, intermitentemente, inexequível (e) porque as decisões de investimento que conformarão a demanda efetiva se dão simultaneamente a opções de valorização que são relativamente autônomas *vis-a-vis* a evolução da renda agregada” (BRAGA, 1985:149). Nas palavras do próprio KEYNES (CW XXIX:85), “a flutuação da demanda efetiva é uma característica da economia empresarial que a distingue de uma economia cooperativa”.⁷

Como a realização da riqueza privada em uma economia monetária promove repentinas flutuações, Keynes assinala a inexistência de qualquer mecanismo automático de ajuste, tal como apregoado pela teoria clássica. Daí a sua advertência: “O que ofereço é, ..., uma teoria das causas pelas quais a produção e o emprego são tão sujeitos a flutuações” (KEYNES, CW XIV:121).

(d) A economia monetária e empresarial torna inerentes, ao cálculo capitalista, a incerteza e as expectativas. Keynes apreende a natureza do efeito do tempo sobre as decisões dos agentes econômicos pelas influências do passado sobre o presente; do presente sobre o futuro; e do ‘futuro’ (esperado) sobre o presente. Essa tripla conotação temporal impõe considerar a incerteza e suas implicações junto às decisões que envolvem cálculo capitalista, dada a impossibilidade de se reduzir a incerteza quanto ao futuro a um mero cálculo probabilístico: “Por ‘incerteza’,..., eu não pretendo apenas distinguir o que é conhecido como certo do que é apenas provável” (KEYNES, CW XIV:113).⁸

⁷ “as flutuações da demanda efetiva que instabilizarão a economia refletem duas dimensões (de temporalidade, inclusive) inscritas no cálculo capitalista sobre o lucro geral: os ganhos esperados - expectativas - na formação da renda agregada e aqueles originários da capitalização financeira, potencialmente fictícios, o que confere, especialmente para os capitais centralizados, a possibilidade de ganhos na produção e independentemente da produção”, porquanto “(ess) a lógica é a do conceito de capital financeiro como ordenador da busca do lucro geral por parte daqueles capitais. Destes, o capital financeiro é lógico imanente, é razão de ser, é ‘pai, filho e espírito santo’, causa e efeito, realidade e ficção”. Nesse sentido, vale o rigor da afirmação de que “o capitalismo em que isto ocorre (...) não é apenas uma economia monetária. É uma economia financeiro-monetária” (BRAGA, 1985:150).

⁸ Keynes foi quem mais longe levou a teorização do tempo econômico, de sorte a tomar a Economia como a disciplina que lida com motivos, expectativas e incerteza, em claro contraste com o tratamento tradicional que privilegia o material constante, permanente e homogêneo, ao invés dos elementos

Keynes tem claro que, em uma economia monetária, a valorização da riqueza é um processo que demanda tempo, e a rentabilidade efetiva de cada aplicação é desconhecida no momento da decisão (presente), pois que sua determinação depende de um conjunto de fatores e acontecimentos que tem lugar no futuro.⁹ Como o conhecimento pleno desse conjunto de condicionantes é impossível, então aflora com todo o vigor o significado da incerteza: "Ele se refere à impossibilidade de determinação *a priori* do quadro relevante de influências que atuarão entre a decisão de se implementar um determinado plano e a obtenção efetiva de resultados..." (CARVALHO, 1989b: 186). Daí resulta que a comparação entre uma ampla canastra de opções de valorização passa pela formulação de expectativas a respeito das consequências (futuras) de decisões tomadas no presente.¹⁰

As decisões têm que ser tomadas, seja por ato ou por omissão (enquanto opção de simplesmente manter a posição do *portfolio*). Por estar em jogo a valorização da riqueza, os empresários como que são obrigados a 'esquecer' os fatos incômodos e a se comportarem como se contassem com um bom cálculo 'benthamita' sobre a série de vantagens e desvantagens futuras: "O futuro nunca se parece com o passado - como bem sabemos. Mas falando de um modo geral, nossa imaginação e nosso conhecimento são excessivamente fracos para revelar-nos quais mudanças específicas devemos esperar. Não sabemos o que o futuro nos reserva. Não obstante, como seres vivos e semoventes, somos obrigados a agir. A paz e o conforto do espírito exigem que ocultemos de nós mesmos quanto pouco conseguimos prever. Contudo, devemos ser guiados por alguma hipótese. Por isso, tendemos a substituir o conhecimento, que é inatingível, por determinadas convenções, a principal das quais é a suposição, contrária a toda verossimilhança, de o futuro se parecerá ao passado. É assim que agimos na prática" (KEYNES, CW XIV: 124).

Em uma situação em que o presente está espremido entre o passado (não repetível) e o futuro (desconhecido e em aberto), e na qual o tempo é irreversível e as decisões irrevogáveis, o ambiente é dominado pela incerteza. Posto isso, o que importa para os agentes são as decisões que minimizem a incerteza, dada a imprevisibilidade do futuro e, assim, seu contorno pode se dar pela adesão a um *juízo convencional*, tomando o presente (ou, quando muito, o passado próximo) como guia decisório. Com efeito, é a presença mesma da incerteza (ou a precariedade da base objetiva do cálculo para estimativas futuras) o que torna a adesão ao *juízo convencional* uma 'resposta' comportamental legítima dentro dessa economia, mas que simultaneamente a vulnerabiliza.

Também a preferência pela liquidez deve ser vista como um comportamento justificável frente a esse ambiente dominado pela incerteza¹¹: "Há, todavia, uma condição necessária sem a qual não poderia existir a preferência de liquidez pela moeda como meio de conservação da riqueza. Esta condição necessária é a existência de *incerteza* quanto ao futuro da taxa de juros, isto é, quanto ao complexo de taxas para vencimentos variáveis vigentes em datas futuras" (KEYNES, GT- CW VII: 168).

transitórios e flutuantes. *A Teoria Geral do Emprego* (CW XIV: 109-23), de 1937, é o texto onde, esclarecendo pontos duvidosos e insuficientemente desenvolvidos da *Teoria Geral*, Keynes retoma com todo o vigor os conceitos de tempo, incerteza e dinheiro em uma economia monetária.

⁹ por essa razão é que SHACKLE (1969: cap. 2) sublinha que as decisões capitalistas são adotadas a partir de ficções imaginativas, onde o passado e as normas correntes não passam de uma frágil referência ao cálculo. Para Shackle, não se pode fazer do tempo uma simples analogia de um espaço, uma dimensão, como se fosse uma variável extrínseca, dado que os decisores "têm expectativas que se apoiam em informações cujas bases fragmentárias se deslocam e se dissolvem de hora em hora, o que dá aos seus cálculos uma vida efêmera e aleatória. E o futuro enigmático, variadamente concebido, que governa o 'presente' momentâneo, futuro esse fruto de ações mas também em grande parte de avaliações" (id., cap. VII: 197). A propósito da concepção de tempo em Shackle, ver análise crítica de CARVALHO (1983: 84).

¹⁰ tal questão não se prende ao fato de que o conjunto de fatores que determinarão os valores futuros efetivamente assumidos pelas variáveis relevantes para cada aplicação seja extremamente amplo ou diversificado, nem o problema se reduz, ao nosso ver, ao fato de que esses fatores estabeleçam entre si padrões variados de interrelação. O que importa notar é que a incerteza com relação ao futuro afeta a avaliação/estimativa da rentabilidade de cada aplicação e, em consequência, influi na comparação entre as aplicações, que é o objeto do cálculo capitalista.

¹¹ "é porque a incerteza ronda a taxa de juros que existe a preferência pela liquidez como meio de conservação da riqueza. O dinheiro aparece (ai) em seu nexos causal através da taxa monetária de juros, cuja variabilidade está ligada ao motivo especulação, na retenção do dinheiro, que a preferência pela liquidez expressa". (BRAGA, 1985: 103).

Isso se aplica quer às decisões de produzir (e oferecer emprego), quer às decisões de investir, embora o próprio Keynes pondere que expectativas correntes de longo período não podem nem aproximadamente ser eliminadas ou substituídas pelos resultados realizados, haja visto que são suscetíveis à revisão repentina, devido à própria fragilidade do estado de confiança a elas associado. Como depende da probabilidade atribuída a um possível erro de projeção, a maior fragilidade das expectativas de longo período em relação às de curto período decorre tanto do horizonte de cálculo bem mais extenso quanto da existência de diversas alternativas para aplicação do capital; bem como do risco maior que carregam as decisões de investir (especialmente pelo lado do capital fixo, que traduz um congelamento do capital por um período de tempo maior), do que operar uma capacidade produtiva já instalada. É essa possibilidade de repentino colapso no débil estado de confiança quanto às expectativas de longo período que as torna mais sujeitas a abruptas e violentas alterações, de cujo processo pode resultar a emergência ou mesmo a agudização das flutuações no investimento (e, por consequência, no emprego e na renda).

(e) O dinheiro tem propriedades que o diferenciam de outros bens ou objetos de retenção, como em parte já assinalamos. Vale notar, aqui, as suas duas propriedades fundamentais: a nula ou negligível elasticidade de produção e a nula ou negligível elasticidade de substituição. Para Keynes, “a função essencial do dinheiro é a de servir como unidade de conta para a realização de contratos” (CARVALHO, 1989b:187). É porque é meio geral de troca, referência comum ou unidade de conta comum que ele adquire importância fundamental e maior que a atribuída pela teoria clássica. Por ser unidade em que os contratos futuros se fixam, então “o poder de compra do dinheiro deve ser relativamente inflexível” (CARVALHO, 1989:189), o que dá suporte à uma liquidez elevada. O fato é que objetos reprodutíveis não se prestam a ancorar expectativas, não dispondo então tal atributo de liquidez inerente ao dinheiro em função de suas elasticidades rígidas à baixa. Como denotado por Keynes, a economia monetária se caracteriza pelas flutuações de demanda efetiva (e consequente desemprego involuntário) por conta de os detentores de riqueza tenderem a posições de maior liquidez, cujo ativo em destaque é o próprio dinheiro. Vista a conotação especulativa que Keynes identifica no jogo da valorização, a preferência pela liquidez pode ser em boa medida responsabilizada pelas flutuações a que está sujeita a economia monetária e empresarial. Enfim, pode-se dizer com DILLARD (1984:423) que “Money and uncertainty are the twin keys to Keynes's general theory, and the influence of shifting and uncertain views about future conversion of real output into money is what he means by a monetary economy”.

MARX E O CAPITAL EM PROCESSO

Em sua crítica da Economia Política, um dos propósitos singulares de Marx reside na apresentação de uma anatomia da sociedade capitalista, cujo caráter social e histórico por ele assinalado contradiz aqueles que advogam a natureza eterna dessa modalidade de produção social. Para desvendar os seus mecanismos de funcionamento, Marx indica ser necessário apreender o que há de específico na forma do valor que reveste o produto do trabalho e, portanto, na forma mercadoria, que, ao se desenvolver, conduz à forma dinheiro, à forma capital, etc. Não por menos, MARX (1867, I:45 n35) adverte que “uma das falhas principais da economia política clássica é não ter conseguido devassar, partindo do valor da mercadoria, a forma do valor, a qual o torna valor de troca”.

Com efeito, ao contrário de Smith e Ricardo, que partem do valor como um conceito abstrato, o interesse de Marx está em saber sob que condições os produtos do trabalho humano assumem a forma valor (RUBIN, 1928; ROSDOLSKY, 1968; COLETTI, 1970; BELLUZZO, 1980 e POSSAS, 1982). Seu objeto de investigação não é, pois, o *valor* enquanto tal, e nem este constitui seu ponto de partida¹², e sim a mercadoria, a *forma*

¹² “(...) não parto de ‘conceitos’, nem portanto do ‘conceito de valor’ (...). Parto da forma social mais simples em que se apresenta o produto do trabalho na sociedade atual, e essa forma é a ‘mercadoria’” (MARX, 1882).

elementar que assumem os produtos do trabalho humano nas sociedades mercantis. Por conta de seu atributo social - o valor como *forma social* -, a mercadoria permite à Marx iniciar a apresentação da anatomia da sociedade capitalista (forma desenvolvida da sociedade mercantil) através da sociedade mercantil simples.

Como assinala BELLUZZO (1980), é com a perspectiva de evitar seja a abstração excessiva (pelo uso das categorias mais gerais: trabalho, terra, instrumentos de produção, por exemplo), seja a abstração insuficiente (pelo uso das categorias mais complexas: capital, trabalho assalariado, lucro, juros, renda da terra), que Marx remete a mercadoria para o plano da sociedade de produtores privados independentes. Nesta configuração, desprovida da complexidade capitalista - mas que a comporta em germe -, os bens são produzidos exclusivamente para a troca, convertida no nexos social entre os produtores privados e no veículo das relações sociais de produção, as quais se resolvem inteiramente na divisão social do trabalho.

Como a teoria do valor em Marx está baseada na análise das relações sociais de produção que se expressam na troca - antes que baseada na análise da troca em si -, o conceito de trabalho abstrato é posto em nexos inseparável com o conceito de valor (RUBIN, 1928:77)¹³. Posto que o trabalho "aparece não como o trabalho de diferentes sujeitos, mas, ao contrário, os indivíduos diversos que trabalham aparecem como órgãos do trabalho" (MARX, 1857:138), a produção para a troca converte cada produtor num órgão do trabalho social, de sorte que, nestas condições, a mercadoria é concebida como "cristalização do trabalho humano", "medida determinada de tempo de trabalho coagulado" (id:136-7). Assim, cumprindo a tarefa de deduzir o valor, dialeticamente, a partir do trabalho abstrato (e não reduzir o valor, analiticamente, a trabalho abstrato), Marx denota a *substância social* em que o trabalho abstrato se traduz.¹⁴ Na sociedade mercantil, ele sublinha, o trabalho individual (privado) torna-se elemento (subordinado) do trabalho social, visto que "a transformação do trabalho *privado* em *social* coincide com a transformação do trabalho *concreto* em *abstrato*", como lembra RUBIN (1928:145). Nesta sociedade, "o trabalho concreto de cada produtor só é social enquanto trabalho abstrato. A atividade particular de cada um como produtor só adquire sentido quando remetida à atividade geral e, portanto, à sociedade enquanto consumidora de trabalho" (BELLUZZO, 1980:83). Nestes termos, a socialidade não se dá no processo imediato de produção, mas é promovida pela troca e, por isso, seu produto, a mercadoria, exprime-se como *valor*.

É partindo da atividade de trabalho humano como base da vida em sociedade e das formas sob as quais este é realizado; é partindo, pois, do trabalho como princípio constitutivo da sociedade que MARX (1867, I:44-5) confere um sentido não só específico à teoria do valor, mas inverso ao da concepção clássica: "A Economia Política clássica analisou, sem dúvida, embora de modo imperfeito, o conceito de valor e sua magnitude, descobrindo o conteúdo que ocultava sob essas formas. Mas não lhe ocorreu perguntar-se sequer por que este conteúdo reveste aquela forma, isto é, *por que o trabalho toma corpo no valor* e por que a medida do trabalho segundo o tempo de sua duração traduz-se na magnitude do valor do produto do trabalho".

Ocorre, entretanto, que o valor só pode se manifestar de um modo relativo, como valor de troca: "uma vez que o valor não representa trabalho em geral, mas trabalho que tem a 'forma de intercambialidade' de um produto (...), o conceito de valor é visto, por um lado, como inseparável do conceito de trabalho e, por outro, do conceito de valor de troca" (RUBIN, 1928:138). Isso significa que, na sociedade mercantil simples, "o produto do trabalho só pode existir como valor (capacidade de adquirir outros produtos), e o *valor*, por isso mesmo, só pode manifestar-se como valor de troca" (BELLUZZO, 1980:87). Por conta disso, "a antítese interna de valor de uso e valor que se alberga na mercadoria toma corpo em uma antítese externa, ou seja, na relação entre duas mercadorias" (MARX, 1867, I:27), pois

¹³ mais adiante, RUBIN (id.:126) argumenta que "o trabalho não pode ser identificado com valor. O trabalho abstrato é apenas a substância do valor, e para chegar ao valor (...) deve ser tratado em seu vínculo inseparável com a 'forma de valor' social".

¹⁴ a mercantilização da produção determina, ela mesma, o trabalho abstrato como substância do valor. Não é demais frisar, com POSSAS (1982:82), que é somente sob a lei reguladora do intercâmbio e sob o conceito de *trabalho socialmente necessário* que o trabalho (abstrato) pode ser tido como substância de valor. "Por não levarem isso em conta é que as interpretações fisiológicas não capturam o sentido da afirmação de Marx de que o trabalho abstrato *cria* valor, é o *conteúdo* do valor".

que “a remissão de todo trabalho particular e concreto à atividade produtiva da sociedade supõe (...) que cada mercadoria represente, diante das demais, valor de troca em geral” (BELLUZZO, 1980:83). A expressão do valor de uma mercadoria só pode dar-se, portanto, através de outra, e assim a generalização da troca pela sociedade, em interação com o avanço da divisão social do trabalho, promove a substantivação do valor no dinheiro, assumindo este a representação do tempo de trabalho abstrato.

Com efeito, o valor de troca conduz inexoravelmente ao dinheiro, cuja interposição “é a expressão da natureza de uma sociedade em que os produtores privados produzem para a troca, de modo que só através do intercâmbio podem tornar social seu trabalho”. A interposição do dinheiro “implica, portanto, na substantivação do valor de troca, no sentido de que o dinheiro se apresenta como algo ‘autonomizado’ em relação aos produtores individuais” (BELLUZZO, 1980:84).

A externalização do valor que se completa com a substantivação do valor no dinheiro, “produz um desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro, antítese mecânica em que as mercadorias revelam sua antítese de valor de uso e valor” (MARX, 1867, I:65). A interposição do dinheiro e a constituição de um processo de circulação de mercadorias determinam, então, a fratura do intercâmbio nos atos de compra e venda, com o que a unidade existente na troca direta se desdobra na antítese dos atos M-D e D-M. Deste modo, “a unidade interna reveste exteriormente (na relação de troca mais simples) a forma de uma antítese” (MARX, 1867, I:73).

O significado disso é que a circulação mercantil contém, inscrito em si mesma, um marco para as crises: uma economia mercantil, em contraste com o intercâmbio assentado na troca direta, é uma economia monetária, estando a produção necessariamente referida ao dinheiro, e apenas realizada socialmente quando convertida em dinheiro. Ocorre que inexistente qualquer garantia de que tal conversão se realize, pois “ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido”, já que compra e venda, produção e circulação, produção e consumo, embora unidos interiormente, mantêm em seu movimento uma independência recíproca. MARX (1863, II:469) registra que “a dificuldade de converter mercadoria em dinheiro, de vendê-la, se deve simplesmente a que a mercadoria deve ser convertida imediatamente em dinheiro, enquanto o dinheiro não tem por que ser assim convertido em mercadoria, com o que a venda e a compra podem se separar. Isto implica a possibilidade das crises...”¹⁵

O dinheiro não tem porque ser convertido imediatamente em mercadoria porque é, ele mesmo, a forma autônoma em que se verifica a identidade do valor das mercadorias. Marx deixa isso claro ao tratar da *verdadeira existência* do dinheiro como *figura única do valor* ou a única figura adequada do valor de troca frente a todas as demais mercadorias enquanto simples valores de uso. É onde Marx trata do *dinheiro enquanto dinheiro* ou do *dinheiro em sua terceira determinação*¹⁶. A partir da mera forma, o valor de troca se transforma em conteúdo do movimento: “da mera forma da circulação das mercadorias, M-D-M, surge dinheiro não só como medida do valor e meio de circulação, mas também como forma absoluta da mercadoria e por conseguinte da riqueza, como tesouro, e a imobilização e acréscimo como dinheiro tornam-se um fim em si mesmo” (MARX, 1867, III- cap.xx). Em sua forma de tesouro é que a autonomização do dinheiro se mostra de maneira mais convincente: “o dinheiro não é apenas um dos objetos da paixão de enriquecer, mas é o próprio objeto dela (...) e ao mesmo tempo fonte dessa paixão. No fundo, é o valor enquanto tal e sua expansão que se convertem em um fim em si mesmo” (MARX, 1857-8, I:157).

Em sua existência autônoma, o dinheiro surge da circulação, se apresenta nessa existência mesma como resultado da circulação, chega a coincidir consigo mesmo através da circulação e, nesta sua terceira determinação, já está contido, de modo

¹⁵ vale notar que a possibilidade formal das crises se converte em real e assume um caráter geral apenas e tão-somente quando a circulação das mercadorias é um processo subordinado à circulação do capital. Contudo, o interesse de Marx aqui está em apontar a metamorfose da mercadoria como residência potencial das crises.

¹⁶ o dinheiro aparece em sua terceira determinação sob três formas: *tesouro*; *meio de pagamento* e *dinheiro universal*. Conforme Marx, somente a consideração destas três formas pode conferir o verdadeiro significado da categoria do dinheiro enquanto dinheiro. Nesse sentido, para efeito do que está sendo exposto, não adquire relevância a diferença do tratamento empreendido por Marx nos *Elementos* em relação ao tratamento em *O capital*. A respeito, ver ROSDOLSKY (1968).

latente, seu caráter determinado de capital: “pondo-se de lado o conteúdo material da circulação das mercadorias, a troca de diferentes valores de uso, e considerando-se apenas as formas econômicas engendradas por esse processo de circulação, encontramos o dinheiro como produto final. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma em que aparece o capital (...). Todo capital novo, para começar, entra em cena, surge no mercado de mercadorias, de trabalho ou de dinheiro, sob a forma de dinheiro que, através de determinados processos, tem de transformar-se em capital” (MARX, 1867, I:102). O dinheiro é negado enquanto meio de troca e aqui se contrapõe à circulação como algo autônomo, embora esta sua autonomia não vá além do mesmo processo da circulação. Nesta sua determinação, o dinheiro é tanto o suposto como o resultado, e sua própria autonomia não significa caducidade da relação com a circulação, senão relação negativa com ela. Isto está presente em tal autonomia como resultado de D-M-D, pois “o dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação. O dinheiro que se movimenta de acordo com D-M-D transforma-se em capital, vira capital e, por sua distinção, é capital” (MARX, 1867, I:109).

É importante assinalar que o dinheiro que entra na circulação, e que através dela retorna a si, constitui a última forma da negação e superação do dinheiro: “é ao mesmo tempo o primeiro conceito de capital e a primeira forma em que este se manifesta”. O dinheiro é duplamente negado: enquanto ente que meramente se desenvolve na circulação e como ente que se contrapõe de maneira autônoma à circulação. “Em suas determinações positivas, esta dupla negação, sintetizada, contém os primeiros elementos do capital. O dinheiro é a primeira forma sob a qual o capital se apresenta como tal” (MARX, 1857-8, I:152-3).

A realização plena do dinheiro aparece assim em MARX (id:201): “o caráter impercível a que aspira o dinheiro, ao colocar-se negativamente ante a circulação e retirar-se dela, é alcançado pelo capital, que se conserva precisamente ao entregar-se à circulação (...). O capital se transforma alternativamente em mercadoria e dinheiro, mas 1) *é ele mesmo a mutação destas duas determinações*, 2) vem a ser mercadoria, mas não esta ou aquela mercadoria, *senão uma totalidade de mercadorias*”. *O dinheiro enquanto capital* é a substância trabalho abstrato tornada sujeito, portanto indissociável do conceito de capital. E mais, “o dinheiro como capital é uma determinação do dinheiro que vai além de sua determinação simples como dinheiro. Pode-se considerá-la como uma realização superior, do mesmo modo que pode dizer-se que o desenvolvimento do macaco é o homem” (ibid:190). Assim, o capital, como autonomização do valor no dinheiro, tampouco é uma mercadoria como as outras. Autonomiza-se, cria-se uma circulação do capital como tal capital, relativamente autônoma em relação às demais mercadorias, como capital a juros.

Marx demonstra, pois, como o dinheiro enquanto capital perde sua rigidez e “transforma-se de coisa palpável em um processo (...). O valor de troca posto como unidade da mercadoria e do dinheiro é o capital, e esse próprio por-se apresenta-se como a circulação do capital (a qual, porém, é uma linha em espiral, uma curva que se amplia, não um simples círculo)” (ibid: 203-6). O capital tem a propriedade de só poder emergir na circulação e, ao mesmo tempo, fora da circulação: “capital, portanto, nem pode originar-se na circulação nem fora da circulação. Deve, ao mesmo tempo, ter e não ter nela a sua origem.” (MARX, 1867, I:119). É na circulação do capital que o valor se revela subitamente uma substância que tem um desenvolvimento, um movimento próprio, e da qual a mercadoria e o dinheiro são meras formas transitórias.

Ao dizer que o valor passa continuamente de uma forma a outra, que converte-se em sujeito automático, MARX (id.:109-10) chega às seguintes definições: “capital é dinheiro, capital é mercadoria. Em realidade o valor ergue-se aqui em sujeito de um processo no qual, sob a mudança contínua das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude, como mais-valia desprende-se de si mesmo como valor originário, ou o que equivale, valorizando-se a si mesmo. Com efeito, o processo em que engendra mais-valia é seu próprio processo e, portanto, sua expansão automática. Obteve a virtude oculta de engendrar valor pelo fato de ser valor. Costuma parir, ou pelo menos põe ovos de ouro”.

Com MARX (1867, III-cap.xxi) aprendemos que o capital revela-se plenamente como mercadoria quando é dinheiro. Se antes, frente ao trabalho, mostrou a virtude oculta de engendrar valor só por ser valor, agora, como dinheiro, multiplicar-se-á

ficticiamente. Isto é, valorizar-se-á com relativa independência face às demais mercadorias, face ao lucro da produção que elas contêm. A valorização fictícia torna-se real pela monetização do lucro fictício. Estabelece-se a circulação financeiro-monetária como a instância de plena realização da dominação do capital.

Por esta razão, o capital a juros significa a forma mais desenvolvida e, ao mesmo tempo, a mais abstrata do capital: é a forma mais adequada ao conceito mesmo do capital, na qual o dinheiro leva agora "o amor em sua entranha" (id.:375), como uma propriedade natural do dinheiro, independente da própria relação capitalista que lhe dá origem.

POLANYI E A UTOPIA DO MERCADO AUTO-REGULADO

Em sua obra mais prestigiada, POLANYI (1944) procura desvendar a gênese da economia capitalista, através da desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico. Busca, assim, desvelar como a categoria fundante do livre-mercado é teórica e historicamente engendrada. A tarefa a que se propõe requer, a um só tempo, que sejam desnudados os processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, pretendendo-se auto-regulável, na esteira de uma esfera econômica autônoma com intenção de dominar a sociedade. Ao enfatizar o caráter arbitrário das estruturas do mundo da produção e da distribuição de mercadorias, demonstra ter claro que a ontologia do *homo economicus* é a expressão de um capitalismo emergente que demanda a instituição do econômico como instância distinta, dirigindo e determinando a vida social: "Um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política" e, no plano histórico, "A sociedade do século XIX revelou-se, de fato, um ponto de partida singular, no qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma motivação econômica distinta" (id.:83 e 84).

A economia, em Polanyi, está assim referida ao paradigma do sistema de mercado, que é o que ele analisa criticamente, em contraposição a uma noção genérica e generalista de economia como toda e qualquer forma de organização da produção e distribuição de bens. O conceito de mercado, igualmente, não é uma referência a formas variadas que assumem os mercados ao longo da história, mas uma demarcação clara a respeito do *sistema de mercado* ou *economia de mercado*: "É justamente esse sistema auto-regulável de mercado o que queremos dizer com economia de mercado", ou seja, "uma economia dirigida pelos preços do mercado", observa POLANYI (id.:58 e 59). Trata-se, então, de algo historicamente datado, instauração dramática do paradigma do interesse próprio, do mercado auto-regulável, cuja implantação se dá sob a égide das "mercadorias fictícias": terra, trabalho e dinheiro.

Diferentemente das "mercadorias genuínas", geradas de acordo com expectativas de sua realização, as fictícias não são naturalmente criadas com o objetivo de serem vendidas no mercado. A inclusão da terra (recursos naturais), do trabalho (homem) e do dinheiro (poder de compra) no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. É, pois, através do processo de mercantilização das mercadorias fictícias que as normas de funcionamento do mercado auto-regulado submetem as condições de vida da sociedade a processos abstratos e impessoais, cujo mote e desiderato é o lucro. Daí que "A verdadeira crítica à sociedade de mercado", em POLANYI (1944:243), "não é pelo fato de ela se basear na economia - num certo sentido, toda e qualquer sociedade tem que basear-se nela - mas que a sua economia se baseava no auto-interesse. Uma tal organização de vida econômica é inteiramente antinatural, no sentido estritamente empírico de *excepcional*".

Ao denunciar o princípio da produção visando o lucro como não natural, apontando para o seu ponto crucial - a separação de uma motivação econômica isolada das relações sociais -, POLANYI (id.:141) refuta o universalismo do cálculo econômico voltado para a acumulação de riqueza que caracteriza a economia de mercado. Ao mesmo tempo, sublinha ter sido o liberalismo econômico o princípio organizador dessa sociedade engajada na criação do sistema de mercado. Um princípio que "passou a representar", nas primeiras décadas do século XIX, "os três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria sujeitar-se a um

mecanismo automático e os bens deveriam circular livremente de país a país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre comércio”.¹⁷

Ao assinalar a extrema artificialidade do sistema de mercado, mostra que esse mecanismo é tudo, menos evidente por si mesmo, pois “nenhuma sociedade”, adverte POLANYI (id.:85-6), “poderia resistir aos efeitos de um sistema de ficções grosseiras como este” (considerando trabalho, terra e dinheiro como mercadorias) “mesmo por um período mínimo de tempo, a não ser que suas substâncias humanas e naturais, assim como sua organização de negócios, fossem protegidas contra as devastações desse moinho satânico”.

POLANYI (id., cap.13:164) agrupa seu relato do movimento autoprotetor da sociedade não em torno de interesses de classe, mas em torno das “substâncias sociais ameaçadas pelo mercado”. O mercado de trabalho competitivo atingiu o possuidor da força de trabalho, isto é, o homem; o livre comércio internacional se traduziu, basicamente, em uma ameaça ao maior empreendimento dependente dos recursos naturais, a agricultura; e o padrão-ouro ameaçou as organizações produtivas que dependiam do movimento relativo dos preços para seu funcionamento. O desenvolvimento e a expansão dos mercados em cada uma dessas áreas implicaram em ameaça latente para a sociedade em seus aspectos vitais.

Dizer isso é defender a tese de que as origens da crise repousam na tentativa utópica do liberalismo em estabelecer um sistema de mercado auto-regulável, uma instituição que não poderia existir sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade. POLANYI (id., cap.6:84 e 85) denuncia a contradição intestina ao sistema de mercado, haja visto que, de uma parte, “Um tal padrão institucional não poderia funcionar a menos que a sociedade fosse subordinada, de alguma forma, às suas exigências” e, de outra parte, entretanto, “Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos...resultaria no desmoronamento da sociedade”. A resistência a se transformar em mero apêndice de um rígido paradigma econômico leva, então, a sociedade a proteger-se das nefastas consequências de uma dinâmica social auto-referenciada e, em virtude da adoção de salvaguardas das condições naturais da vida humana, é contraditada a auto-regulação do mercado, desorganiza-se a vida industrial e se ameaça a sociedade sob diversas maneiras. Dito sob outra forma, “o conceito de um mercado auto-regulável era utópico e seu progresso foi obstruído pela autoproteção realista da sociedade”(id.:146). Esse o dilema, na visão do autor, que forçou o desenvolvimento do sistema de mercado numa trilha definida e, finalmente, rompeu a organização social que nele se baseava.

Por conta disso, o movimento que modelou a história social do século XIX é esboçado por POLANYI (id.,cap.11) a partir de dois ângulos: um se origina do choque entre os princípios organizadores do liberalismo econômico e a proteção social, levando a uma tensão institucional profundamente arraigada; o outro surge do conflito de classes que, interagindo com o primeiro, transformou a crise numa catástrofe.

A bem da verdade, a instauração do sistema de mercado, retradução dos critérios básicos na forma de encarar a vida humana em sociedades complexas, não foi, de forma alguma, um processo espontâneo, nem livre de intervenções políticas, até porque “não é possível uma economia de mercado separada da esfera política”(id.:197). Destarte, o caminho para o livre-mercado estava aberto e se mantinha aberto através do incremento de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada: afinal, “o *laissez-faire*, imposto pelo Estado, não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida” (id.:144).

O auge do liberalismo econômico ocorre nos anos 1920, nos quais a estabilização da moeda se torna o ponto focal no pensamento econômico e, principalmente, político. Também são os anos em que todas as energias na área econômica estão centradas na restauração do padrão-ouro, tornada objetivo supremo. Isso explica porque o pagamento dos empréstimos externos e o retorno às moedas estáveis eram tidos como as “pedras de toque da racionalidade política”, de sorte que “nenhum sacrifício particular, nenhuma violação de soberania, era considerado um sacrifício

¹⁷ “esses três pilares formavam um todo indivisível”, de modo que “eram inúteis os sacrifícios para atingir qualquer um deles a menos que os outros dois fossem igualmente garantidos. Era tudo ou nada” (id.:144).

demasiado grande para a recuperação da integridade monetária e cumprimento das exigências liberistas de orçamentos estáveis e moedas sólidas”(id.:147). Os desdobramentos e os percalços políticos e econômicos que conformaram os anos subsequentes à crise de 29 fazem dos anos 30 uma década de questionamento do credo liberal. Entretanto, a advocacia do *laissez-faire* empreendida pelos liberais leva a que, uma vez mais, o mau funcionamento da economia ou as crises sejam imputados às tentativas de interferência na operação das livres forças de mercado. A recorrência a esse que é o mais característico dos argumentos liberais faz com que a real dimensão dos acontecimentos econômicos e políticos não possa ser capturada. Frente a dissolução iminente do sistema internacional, “os autores clássicos desse período se excedem na falta de realismo”, à medida que, para eles, “o Estado-nação era considerado um preconceito paroquial (...), a soberania uma ilusão ridícula (...) a guerra um cálculo errado dos negócios (...)”. A percepção da natureza fundamental dos problemas caiu a um nível sem precedentes” (id.,cap.15:190).

Segundo argumenta POLANYI (id.,cap.16:193), o próprio negócio capitalista também teve que ser protegido do funcionamento restrito do mecanismo de mercado. Tal necessidade de proteção surge justamente em decorrência da maneira pela qual se organiza o fornecimento de dinheiro sob um sistema de mercado. Tido como uma categoria puramente econômica, cujo uso se restringiria à intermediação passiva nas relações de troca, o atributo ‘internacional’ do dinheiro em relação ao padrão-ouro não assumia qualquer significado para a teoria clássica, a qual desconsiderava as nações e, portanto, o caráter nacional das moedas. Como a separação institucional das esferas política e econômica nunca foi completa - “e, mais precisamente, em relação ao meio circulante foi que ela se tornou necessariamente incompleta” -, o irrealismo da teoria clássica se deve, pois, à separação entre política e economia. Ainda que não seja possível uma economia de mercado separada da esfera política, essa foi a construção subjacente à economia clássica. (id.:196-7).

O fato de os meios circulantes serem dirigidos passa a ter importância primordial, pois significava que os métodos do banco central eram um caso de política, isto é, algo sobre o qual o organismo político teria que decidir. Com efeito, o grande significado institucional do banco central está em a política monetária ter sido introduzida por ele na esfera da política, com consequências de grande alcance. A propósito, ao passar dos mecanismos e conceitos para as forças sociais em jogo, POLANYI (id.:197-8) sublinha que as classes dominantes emprestaram seu apoio à direção do meio circulante através do banco central, dado que “uma tal direção não era vista como uma interferência na instituição do padrão-ouro, mas como parte das regras sob as quais deveria funcionar esse padrão”.

Com base nessa crítica que formula quanto ao irrealismo da acepção clássica, POLANYI (cap.17:202-3) conclui que “o ponto cego da mentalidade de mercado era igualmente insensível aos fenômenos da nação e do dinheiro”, de sorte que a doutrina clássica não reconhecia a importância constitutiva da moeda junto ao estabelecimento da nação como unidade decisiva. Assim, a tese defendida pelo autor, ao discutir a auto-regulação imperfeita, é que o sistema monetário aparece como força incontestada entre as forças econômicas que integravam a nação e que desenhavam o quadro internacional: “a nova unidade nacional e o novo meio circulante nacional eram inseparáveis. Foi o meio circulante que dotou os sistemas nacional e internacional de seus mecanismos e introduziu aqueles aspectos que resultaram em derrocada abrupta. O sistema monetário, no qual o crédito se baseava, tornara-se a linha da vida da economia, tanto nacional quanto internacional”.

Para POLANYI (id.:204-5), o caráter fundamental da política monetária do banco central, com a multiplicação de pagamentos e movimentos internacionais de dinheiro, se torna manifesto: “se as condições de produção e de trabalho eram dependentes de tarifas, taxações e leis sociais de intenção protetora, e com isso forneciam um clima artificial, a política monetária e seu poder integrador respondiam pelas condições meteorológicas artificiais: do ponto de vista político, a identidade da nação era estabelecida pelo governo; do ponto de vista econômico, ela cabia, de direito, ao banco central”. Argumenta, também, que do ponto de vista internacional “o sistema monetário assumiu importância ainda maior, em função da liberdade do dinheiro - resultado das restrições ao comércio -, uma liberdade

expressa e desenvolvida cada vez mais pela capacidade de transacionar negócios a qualquer distância e a qualquer tempo, em virtude da transmissão dos direitos sobre os bens”.

A teoria econômica clássica, afirma POLANYI (id.:206), ignorou em vão a diferença de *status* existente entre os vários países, segundo a sua diferente capacidade de produzir riquezas, não reconhecendo que a unidade da sociedade se afirmou por intermédio da intervenção política suplementando a auto-regulação imperfeita do mercado, inclusive do ponto de vista internacional. Não poderia ser diferente, posto que a auto-regulação não só não foi capaz de evitar o colapso do sistema econômico internacional como, ao contrário, conduziu à crise, deflagrada a partir da primazia da moeda - que aparece como pivô da política nacional - e da estabilidade do dinheiro como necessidade suprema da sociedade.

Ao registrar a insensibilidade ao ponto cego da mentalidade de mercado, o autor estabelece uma crítica de fundo à pretensa universalidade da economia, tal como advogada pela teoria clássica.¹⁸ Afinal, captar a dinâmica das sociedades concretas supõe o movimento crítico que confina a economia em seu tempo, reduzindo sua validade universal: se é fato que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens, isto não implica, outrossim, na existência de instituições econômicas separadas. “Normalmente”, escreve POLANYI (id.:84), “a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida”. O desenraizamento da esfera econômica das demais dimensões da vida social deve, pois, ser apanhado em perspectiva histórica. Daí o contraponto por ele proposto, no sentido de capturar a incrustação da economia nas demais esferas institucionais. Para tanto, POLANYI (id., caps. 4 e 5) recorre a três princípios de integração para analisar as sociedades concretas: *reciprocidade, redistribuição e domesticidade (oeconomia, ou seja, o próprio mercado)*, capazes de assegurar o funcionamento do sistema econômico e, por isso, se efetivarem, à medida que a organização das sociedades conta com a ajuda de padrões institucionais tais como *simetria, centralidade e autarquia*.

Recorrendo a tais princípios, o autor busca deixar claro que não necessariamente o mercado subsume os dois primeiros - não associados basicamente à economia -, a não ser em período histórico determinado, quando se instaura a crença de que o mercado é um sistema auto-regulador e, pois, quando consiste na *hypóstasis* do mercado com atributos de agente autônomo. Assinala que os três princípios podem coexistir apesar da eventual dominância de um deles e, com isso, a discussão que trava diz respeito ao *locus* da economia no edifício social. Sob esse enfoque institucional, POLANYI (1944 e 1957) discute a economia como processo instituído, o mercado como realidade teórica e histórica, de modo que a originalidade de sua contribuição está na ‘desincrustação’ da economia, fruto da mercantilização das mercadorias fictícias sob o capitalismo, processo que se afigura um “moinho satânico”, porque correspondente aos mecanismos implacáveis do mercado moendo a vida das vítimas inevitáveis, em seu afã de acumular riqueza abstrata.

A contribuição de Polanyi, nesses termos, pode ser tomada como uma singular demonstração de como o livre-mercado e a acepção clássica da economia simplesmente não subsistem fora dos marcos estreitos e datados do paradigma do sistema de mercado e, pois, de como a crise de 1929, as duas guerras mundiais, o fim do padrão-ouro e do livre-mercado desnudaram o caráter artificial e fictício dos mercados de mão-de-obra, terra e dinheiro, ao tempo em que desvelaram a natureza anti-humana de uma tal arquitetura social. Deixada por si só, a sociedade regida pelo mercado pode degenerar, e a superação desse verdadeiro “drama da civilização” apenas poderia ser alcançada por meio da ‘reincrustação’ das ações econômicas no tecido social, como ensaiado pelo arranjo societário expresso nas diferentes experiências de construção do *welfare state*.

E sob esse recorte analítico que Polanyi capta a dinâmica da sociedade moderna, resultado de um duplo movimento: “o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cerceava esta expansão em direções definidas. Embora tal contramovimento fosse vital para a proteção da sociedade, ele era, em última análise, incompatível com a auto-regulação do mercado e, portanto, com o

¹⁸ ver, também, o ensaio do autor, *Our obsolete market mentality*, publicado em DALTON (1968).

próprio sistema de mercado". Ou seja, a ampliação da organização do mercado em relação às mercadorias genuínas foi acompanhada pela sua restrição em relação às mercadorias fictícias, tornando clara a contradição imanente do sistema de mercado.

Estamos argumentando que a concepção de mercado em Polanyi, porque arranca de uma análise do modo de funcionamento capitalista, difere radicalmente dos dogmas da regulação pelo mercado, e é capaz de mostrar como estes últimos caíram por terra entre as duas guerras mundiais, o que reflete a "grande transformação" do sistema econômico ocidental. Uma transformação referida à avassaladora imposição do sistema de mercado no curso das primeiras décadas do século XIX. Mas referida, também, à transformação que deveria ocorrer, segundo esperava Polanyi, depois da revelação cabal das características desumanas da lógica do mercado auto-regulado, ou seja, uma transformação com base no keynesianismo e no *New Deal*, pela qual a sociedade pudesse disciplinar a economia através do "desarranjo da ficção da mercadoria" emprestada ao trabalho humano, ao uso da terra e ao dinheiro.

Os dogmas da regulação pelo mercado, entretanto, voltaram à tona no fim dos anos 70, no plano das idéias e de certas práticas governamentais, suscitando a questão bem colocada por BRUNHOFF (1986:21): "*A 'grande transformação' não teria sido então irreversível?*". Passados cinquenta anos, assinala CHESNAIS (1994:30), "nós estamos nos antípodas da esperança de Polanyi", uma vez que "o triunfo da 'mercantilização'... é agora total, mais completo do que jamais fora em qualquer momento do passado". No atual quadro do capitalismo contemporâneo, "a 'grande transformação' ocorre no sentido contrário ao previsto por Polanyi: a economia trata de se libertar dos grilhões da sociedade" (BELLUZZO, 1995:20). Este o caráter de um capitalismo contemporâneo que se configura nos termos de uma verdadeira *economia desregada*.

BREVÍSSIMA CONCLUSÃO

Se é fato que o quadro econômico e estrutural do capitalismo contemporâneo se modifica - e, sem dúvida, não se pode fechar os olhos às modificações tecnológicas, organizacionais e gerenciais da produção, bem como às significativas modificações por que passa o sistema financeiro internacional -, o sentido fundamental do capitalismo permanece vivo no movimento de expansão do capital e da universalização dos mercados.

Procuramos sublinhar que o substrato do capitalismo está no fato de ser uma economia essencialmente monetária, como apreende Keynes ao analisar o modo de operação de uma economia onde o dinheiro não funciona apenas como véu monetário, mas se põe como reserva de valor na presidência da lógica decisória do processo de valorização capitalista. O caráter inerentemente monetário da riqueza é o que permite a sua conservação sob a forma geral e abstrata. Também Marx, ao desvendar os mecanismos de funcionamento da economia capitalista a partir da mercadoria - unidade contraditória entre valor de uso e valor -, demonstra ser inerente ao desenvolvimento de uma sociedade mercantil que o dinheiro, enquanto subtraído da esfera da circulação, perca sua rigidez e transforme-se de coisa palpável em um processo, independente da própria relação capitalista que lhe dá origem. Essa dinâmica auto-referencial que resulta do desenvolvimento da produção voltada para a troca também é apanhada por Polanyi, quando desnuda os processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, pretendendo-se auto-regulável, na esteira de uma esfera econômica autônoma com intenção de dominar a sociedade. São três contribuições que, entendemos, merecem ser resgatadas quando se busca compreender a natureza das transformações que conformam o capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. 1995a. *Macroeconomie financière*. Paris, Editions La Découverte.
 ALLIEZ, E. & FEHER, M. 1988. Os estilhaços do capital. In: ALLIEZ, E. et al. *Contratempo: ensaios sobre algumas metamorfoses do capital*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

- ARRIGHI, G. 1995. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E., org. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- BELLUZZO, L.G.M. 1995. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". *Economia e Sociedade* (4), Campinas, IE/UNICAMP, junho.
- BELLUZZO, L.G.M. 1980. *Valor e capitalismo - um ensaio sobre a economia política*. São Paulo, Brasiliense.
- BELLUZZO, L.G.M. e ALMEIDA, J.S.G. 1989. Enriquecimento e produção - Keynes e a dupla natureza do capitalismo. *Novos Estudos* (23), CEBRAP, março.
- BRAGA, J.C. 1985. Temporalidade e riqueza - instabilidade estrutural e 'financeirização' do capitalismo. Campinas, IE/UNICAMP (Tese de doutoramento - versão atualizada de 1990).
- BRUNHOFF, S. de. 1986. *A hora do mercado: crítica do liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991.
- CARABELLI, A.M. 1989. *On Keynes's method*. London, Macmillan.
- CARVALHO, F.C. 1992. *Mr Keynes and the post-keynesians*. Cheltenham, Edward Elgar.
- CARVALHO, F.C. 1989. Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E.J., org. *Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- CARVALHO, F.C. 1987a. O caminho da revolução: o 'Treatise on Money' na revolução keynesiana. Texto para Discussão 129. Rio de Janeiro, IEI/UF RJ.
- CARVALHO, F.C. 1987b. Keynes on probability and uncertainty and decisions-making. *Anais do XV Encontro Nacional de Economia* v. I, Salvador, ANPEC.
- CARVALHO, F.C. 1983-4. On the concept of time in shackle and raffian economics. *JPKE* (VI), 2.
- CASTELLS, M. 1993. The informational economy and the new international division of labor. In: CARNOY, M. et al., eds. *The new global economy in the information age: reflections of our changing world*. Penn State Press, 1993.
- CHESNAIS, F. 1994. *La mondialisation du capital*. Paris, Syros.
- COLETTI, L. 1970. *El marxismo y el "derrumbe" del capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.
- DALTON, G., ed. 1968. *Primitive, archaic and modern economics - essays of Karl Polanyi*. Boston, Beacon Press.
- DAVIDSON, P. 1972. *Money and the real world*. 2nd ed. London, Macmillan, 1978.
- DILLARD, D. 1984. Keynes and Marx: a centennial appraisal. *JPKE* (VI) 3.
- FITZGIBBONS, A. 1988. *Keynes's vision - a new political economy*. Oxford, Clarendon Press.
- GARLIPP, J.R.D. 1996. Economia Desregrada - um quadro aproximativo do capitalismo contemporâneo e a economia política. *Anais do Encontro Nacional de Economia Clássica e Política* (4), Niterói.
- GARLIPP, J.R.D. 1992. Valor, dinheiro e capital em Marx - uma nota teórica. *Economia Ensaio* (6-7) 1-2, Uberlândia, Edufu, julho e dezembro.
- GARLIPP, J.R.D. 1991. A economia monetária em Keynes e pós-keynesianos. *Economia Ensaio* (5) 1. Uberlândia, Edufu, julho.
- GLYN, A. 1995. Os custos da estabilidade: os países capitalistas avançados nos anos 80. In: SADER, E., org. *O mundo depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- HARVEY, D. 1993. *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- HOBSBAWM, E. 1995. *Era dos extremos; o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- KEYNES, J.M. *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (CW). MOGGRIDGE, D. ed., 1971-83. London/Cambridge, Macmillan & Cambridge Univ. Press. As referências ao longo do texto são feitas conforme volume da coleção.
- KREGEL, J.A. 1987. Lessons from Keynes "general theory" - the effective demand approach to employment and inflation analysis. *JPKE* (X) 1.
- KREGEL, J.A. 1976. Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and the post-keynesians. *Economic Journal*, v.86, Cambridge, Eng., jun.
- MARX, K. (1882). *Glosas marginales al Tratado de economia política de Adolph Wagner*.
- MARX, K. (1867). *El capital*. México, Fondo de Cultura Económica, 1966.
- MARX, K. (1863). *Teorias sobre la plusvalia*. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.
- MARX, K. (1857-8). *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*. 10a. ed. México, Siglo XXI, 1978.

- MARX, K. (1857). *Para a crítica da economia política*. 2a. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- MAZZUCHELLI, F. 1985. *A contradição em processo - o capitalismo e suas crises*. São Paulo, Brasiliense.
- MINSKY, H.P. 1975. *John Maynard Keynes*. New York, Columbia Univ. Press.
- PASSET, R. 1995. Emprise de la finance. *Le Monde diplomatique*, novembre.
- PLIHON, D. 1996. Déséquilibres mondiaux et instabilité financière: la responsabilité des politiques libérales - quelques repères keynesiens. (mimeo). *Projet de chapitre pour Economie et Société*.
- POLANYI, K. 1944. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- POLANYI, K. et al., orgs. 1957. *Trade and market in the early empires: economies in history and theory*. Chicago, Free Press.
- POSSAS, M.L. (1982). Valor, preço e concorrência: não é preciso recomeçar tudo desde o início. in: *Revista de Economia Política*, vol.2 no.4, São Paulo, Brasiliense.
- ROSDOLSKY, R. (1968). *Génesis y estructura de El capital de Marx.*, México, 1978.
- RUBIN, I.I. (1928). *A teoria marxista do valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- SHACKLE, G.L.S. 1983-84. The romantic mountain and the classic lake: Alan Coddington's Keynesian Economics. *JPKE* (VI) 2.
- SHACKLE, G.L.S. 1967. *The years of high theory*. Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- SHACKLE, G.L.S. 1965. *Um esquema de teoria econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.